

CLIPPING IMPRESSO

08/12/2021



INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
1.2. JORNAL PEQUENO.....	2 - 4
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL EXTRA.....	5 - 6
3. PRESIDÊNCIA	
3.1. JORNAL O DEBATE.....	7
4. PUBLICIDADE LEGAL	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	8



PF apura **crime eleitoral** de João Alberto e Sarney Fº

PÁGINA 3

PF apura crime eleitoral de Sarney Filho e João Alberto

INQUÉRITO APURA SE EX-PARLAMENTARES PRATICARAM CRIMES ELEITORAIS COM VEICULAÇÃO DE REPORTAGEM QUE TRATA SOBRE WEVERTON TER SE TORNADO RÉU NO STF POR FRAUDE E PECULATO

A Polícia Federal conseguiu prorrogar por mais 90 dias uma investigação contra o ex-deputado federal Sarney Filho (PV) e o ex-senador João Alberto Sousa (MDB), aberta a partir de representação do senador Weverton Rocha (PDT).

Instaurado em 2019, o inquérito tem como objetivo apurar fatos relacionados à suposta ocorrência de crime de desobediência que teria sido praticado pelos ex-parlamentares da alta cúpula de Brasília durante a campanha eleitoral de 2018, quando o pedetista foi eleito para o Senado.

A desobediência teria ocorrido por meio de novas exibições de uma gravação no horário eleitoral gratuito que mostra trecho de reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, em que o apresentador William Bonner informa sobre Weverton haver se tornado réu no STF (Supremo Tribunal Federal) pelos crimes de fraude a licitação e peculato, que é quando um servidor desvia recursos públicos.

Sob alegação de se tratar de fatos inverídicos e contrapropaganda, Weverton havia conseguido na Justiça Eleitoral medida liminar barrando novas exibições da filmagem.

Há também indícios de práticas de outros crimes previstos no Código Eleitoral.

As supostas trapaças licitatórias e subtração do dinheiro do erário que



JOÃO ALBERTO E SARNEY FILHO PASSARAM DE ACUSADORES A INVESTIGADOS

Weverton Rocha barrou a exibição no horário eleitoral gratuito teriam ocorrido por meio da famigerada reforma do ginásio Costa Rodrigues, em São Luís, principal vidraça e fantasma do senador do PDT.

Comandante de uma arca de Noé de partidos, que mistura legendas de esquerda, centrão e da extrema-direita bolsonarista, Weverton Rocha é pré-candidato ao Palácio dos Leões em 2022. A investigação contra os ex-adversários nas urnas no pleito passado pode atrapalhar eventuais alianças com o PV e o MDB, controlados no Maranhão pela família Sarney.

O inquérito da Polícia Federal tramitava no MPF do

Maranhão, mas foi declinado para a Promotoria Eleitoral do Ministério Público estadual, pelo então procurador-regional Eleitoral Juraci Guimarães Júnior. Atualmente, é conduzido pela Promotoria Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral, sob responsabilidade do promotor José Augusto Cutrim Gomes.

Até o momento, apenas Sarney Filho prestou depoimento no bojo da investigação. Entre outras coisas, alegou não saber informar o nome da pessoa que coordenou sua campanha ao Senado naquele pleito, quando acabou derrotado nas urnas; que desconhece a gravação com trecho da reportagem que mostra que

Weverton Rocha havia se tornado réu no STF; e que não tem conhecimento se o vídeo foi veiculado em sua propaganda eleitoral ou páginas de redes sociais.

O delegado federal Rodrigo Santos Correa, que atua no inquérito policial, já mandou intimar João Alberto, para que compareça à sede da Superintendência da PF no Maranhão para ser inquirido a respeito do caso.

A ação penal que apura indícios de fraude a licitação e peculato por Weverton Rocha na reforma do ginásio Costa Rodrigues está suspensa por determinação da desembargadora Graça Duarte, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Bate Rebate

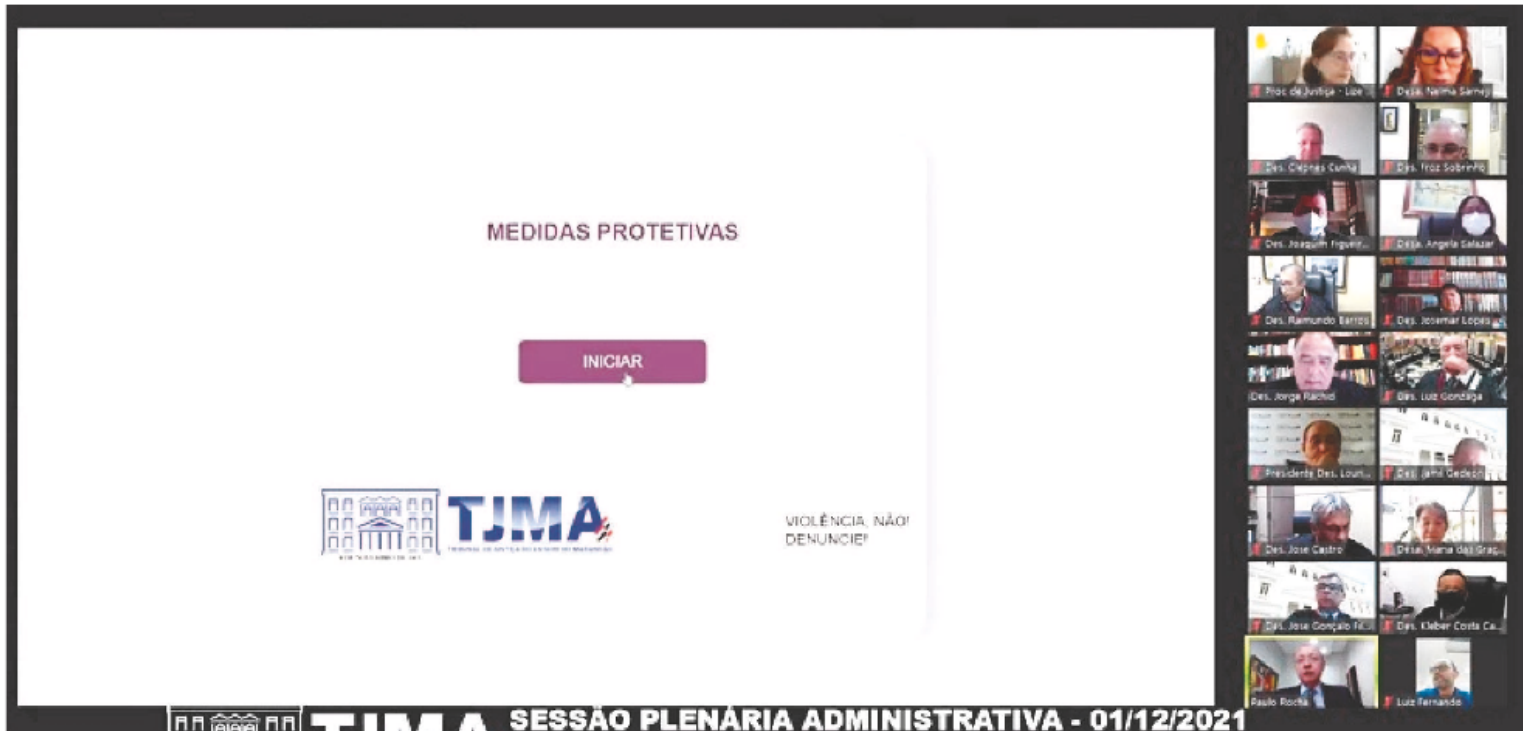
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL



Nesta sexta-feira, 3 de dezembro, a Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral e a Universidade Federal do Maranhão realizaram no auditório Ernani Santos a solenidade de encerramento da 3ª turma do curso de pós-graduação lato sensu em Direito Eleitoral. O curso teve início em agosto 2019 com a palestra magna do desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, à época vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e foi coordenado pelo professor mestre Marcelo de Carvalho Lima e pelo professor doutor Márcio Aleandro Correia Teixeira. A última disciplina do curso - "Ações Impugnatórias no Direito Eleitoral", foi dada em agosto de 2020 e após esse período foram abertos prazos para os depósitos dos Trabalhos de Conclusão de Curso e, em seguida, programadas as defesas dos discentes. As aulas extras constituíram em atividades complementares ao curso, com o objetivo de ampliar o processo de conhecimento e a formação acadêmica dos alunos, com conteúdos relacionados à área da especialização. Compuseram a mesa da solenidade o presidente, desembargador Joaquim Figueiredo; vice-presidente e corregedora, desembargadora Angela Salazar; juíza Lavínia Helena Macedo Coelho, diretora da Escola Judiciária; pró-reitor da UFMA, professor Fernando Carvalho Silva; coordenador do curso de pós graduação, professor mestre Marcelo de Carvalho Lima; ex-presidente do TRE-MA, desembargador Tyrone José Silva, e o diretor-geral Luann Matos. Em seu pronunciamento, o desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou todos os formandos por terem concluído o curso, mesmo com todas as dificuldades e agruras impostas no mundo.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Mulheres podem pedir medida protetiva online



Em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi lançado sistema que permitirá mulheres vítimas de violência doméstica e familiar formularem pedido online de medida protetiva no termo judiciário de São Luís. As medidas protetivas são ordens judiciais concedidas com a finalidade de proteger uma pessoa que esteja em situação de risco, perigo ou vulnerabilidade. O sistema está disponível no Portal do Judiciário do Maranhão, por meio do endereço eletrônico: medidasprotetivas.tjma.jus.br. A iniciativa é da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pelo desembargador Cleones Cunha.

O desembargador Cleones Cunha explicou que o serviço inicia no termo judiciário de São Luís, sendo estendido a todo o Estado em segunda fase de implantação do sistema. “Vamos facilitar o acesso das mulheres vítimas de violência aos pedidos de medidas

protetivas, de forma que, onde ela estiver, sem passar por uma delegacia, sem precisar presencialmente ir a uma vara judicial, possa fazer o pedido de forma online”, esclareceu o magistrado. “Espero que seja útil para as mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente àquelas que não podem sair de casa. Que a ferramenta possa atingir todas as mulheres que sofrem de violência e que nós possamos diminuir ou tentar amenizar essa situação de violência doméstica no Estado do Maranhão”, concluiu o desembargador Cleones Cunha, agradecendo o apoio da presidência do TJMA, da equipe da Diretoria de Informática e todos os envolvidos.

Como funciona

Para solicitar o pedido de medida protetiva online, a mulher vítima de violência preencherá um formulário eletrônico dividido em quatro etapas: qualificação da vítima, qualificação do agressor, questionário e anexos. “A mulher vítima de violência preenche

um questionário com o propósito de indicar o tipo de agressão que está sofrendo, se é ameaça ou violência física, se quer uma medida de afastamento do agressor, e por último, poderá anexar documentos”, explicou o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, durante a sessão.

Após finalizado o preenchimento, é cadastrado um pedido de Medida Protetiva no Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que é automaticamente direcionado a uma vara especial de violência doméstica e familiar contra a mulher do termo judiciário de São Luís. “No futuro vamos viabilizar o atendimento a todo o Estado”, disse Paulo Rocha Neto.

A nova forma de cadastro possibilita que a pessoa que está sendo ameaçada, faça com rapidez e facilidade, um pedido de medida protetiva, apenas com acesso à internet, por meio de um celular ou computador, que será avaliado por magistrado ou magistrada de unidade judicial especializada.

e mereceu a homenagem feita pela Comissão Permanente de Segurança Institucional.

ENTREGA DE MEDALHAS

O desembargador Lourival Serejo foi o primeiro a receber a Medalha “Desembargador José Joaquim Filgueiras: Mérito da Segurança Institucional do TJMA”, entregue pelo desembargador Raimundo Barros.

Em seguida, o presidente da CPSI do TJMA entregou medalhas ao desembargador Jamil Gedeon; a Pollyanna Freire, filha da desembargadora Cleonice Silva Freire (a título póstumo); e ao ex-conselheiro do CNJ Mário Guerreiro.

O vice-presidente do TJMA, desembargador Vicente de Paula de Castro, foi convidado a entregar as medalhas ao juiz Angelo Antonio Alencar Santos; ao capitão de Mar e Guerra Luiz Octávio de Carvalho Penna (diretor do Departamento de Segurança Institucional do CNJ); e ao delegado de Polícia Civil do Maranhão Odilardo Muniz Lima Filho.

O presidente Lourival Serejo entregou as medalhas ao secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência do TJMA, Renan Leite do Nascimento; ao policial judicial,

coordenador de segurança do Supremo Tribunal Federal (STF), Hipólito Alves Cardozo; e ao policial militar da Divisão de Inteligência/DSIGM Zedequias Ferreira Bezerra.

MAIS MEDALHAS

Atuais e ex-membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional, magistrados(as) do TJMA, membros do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, delegados de Polícia Civil, diretores(as), juízes(as) e militares foram homenageados(as) com uma medalha comemorativa pelos dez anos da Diretoria de Segurança Institucional.

Além dos desembargadores Lourival Serejo e Raimundo Barros, também compuseram a mesa: o ex-conselheiro do CNJ Mário Guerreiro; o presidente da AMMA, juiz Hólide Barros; o presidente eleito do TRT, desembargador Carvalho Neto; o coronel Alexandre Magno; e o chefe do Gabinete Militar do Governo, coronel Sílvio Carlos Leite Mesquita.

Os desembargadores Marcelino Everton, Raimundo Bogéa e Ronaldo Maciel, os dois últimos recém-empossados, também participaram do evento.

DIVULGAÇÃO



O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, recebeu diploma e medalha das mãos do desembargador Raimundo Barros

TJMA é referência nacional em segurança institucional

Em solenidade de entrega de medalhas nos 10 anos da Diretoria de Segurança Institucional, representantes do STF e do CNJ na área relatam atuação destacada do Tribunal

Em sessão solene da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI), o Tribunal de Justiça do Maranhão homenageou, na segunda-feira (6), pessoas que prestaram relevantes serviços em prol da segurança do Poder Judiciário do Maranhão, com a entrega de diploma e da Medalha “Desembargador José Joaquim Filgueiras: Mérito da Segurança Institucional do TJMA” e medalhas comemorativas. O evento em comemoração aos dez anos de criação da Diretoria de Segurança Institucional foi realizado na Sala das Sessões plenárias do TJMA. Representantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na área de segurança institucional relataram a atuação destacada do TJMA, que, segundo o presidente da CPSI, desembargador Raimundo Barros, está entre os 15 melhores no setor, entre os mais de cem tribunais avaliados pelo CNJ. O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, um dos homenageados, enalteceu o reconhecimento nacional do

Tribunal, conquistado por meio do trabalho da CPSI, e elogiou a iniciativa de entregar medalhas a pessoas que colaboraram com a Comissão e a Diretoria nesses dez anos, num trabalho que ele entende como uma resposta ao momento em que vivemos, de incertezas e de crescente violência.

“Uma resposta e uma obrigação do Tribunal, de ter um órgão responsável pela segurança de todos os servidores e magistrados e, até mesmo, por garantia de uma estabilidade emocional no trabalho que desenvolvem diariamente”, destacou Lourival Serejo.

O presidente do TJMA parabenizou o desembargador Raimundo Barros (presidente da CPSI) e o coronel Alexandre Magno (diretor de Segurança Institucional) pelo trabalho. “Estão fazendo um trabalho exemplar, que mereceu reconhecimento nacional e, para isso, contaram com o apoio de todos os presidentes que passaram”, acrescentou. O desembargador Raimundo Barros disse que o grande fator positivo é difundir a cultura de

segurança judicial, trabalho que todos passaram a reconhecer a necessidade.

“O nosso trabalho, hoje, é reconhecido nacionalmente. A doutrina de segurança que o CNJ está para terminar de aprovar – já tem maioria, como disse o conselheiro – foi gestada aqui”, revelou Raimundo Barros.

“A gente vê que, num processo evolutivo, ao longo de dez anos, uma Diretoria do Tribunal evolui a ponto de ter um reconhecimento nacional pelo próprio Conselho Nacional de Justiça, isso para a gente é gratificante, fazer parte dessa história”, complementou o coronel Alexandre Magno.

VÍDEO

Após a abertura do trabalho, pelo presidente Lourival Serejo, foi exibido um vídeo sobre a criação, história e atuação da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do TJMA. Com satisfação e entusiasmo, o desembargador Raimundo Barros saudou os dez anos de trabalho da Diretoria de Segurança Institucional e as autoridades que foram importantes para a consolidação e amadurecimento da Diretoria e do Gabinete

Militar.

O desembargador contou que, ao assumir a Comissão Permanente de Segurança Institucional, não imaginava a importância desse trabalho, num espaço de discussão democrática, onde são tomadas decisões que trazem impactos positivos na prestação jurisdicional. Falou da evolução até alcançar um nível respeitável de trabalho, reconhecido e referenciado.

NOME DA MEDALHA

Depois de saudar os integrantes da mesa na pessoa do desembargador Raimundo Barros, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, explicou o nome da medalha, em homenagem ao desembargador José Joaquim Ramos Filgueiras. Disse que o homenageado, um intelectual, teve uma vida dedicada à magistratura de maneira exemplar, que sofreu as agruras de morar no interior do estado em tempos difíceis, alcançou a presidência do TJMA

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 68/2021 Processo nº 37011/2021	
Objeto: Registro de preços para Aquisição de software (Creative Cloud For Teams All Apps All Multiple Platforms); Abertura: 12/01/2022 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 07 de Dezembro de 2021. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).	